AS REGIÕES NO BRASIL

Francisco de Souza Brasil

1. Introdução; 2. As regiões no Brasil.

1. Introdução

A famosa Carta de Pero Vaz de Caminha constitui, sem dúvida, ao lado de um autêntico e indubitável atestado de nossa existência civil, como que uma antecipação profética de muitos dos nossos males presentes. Em verdade, elogiando a terra e relegando a segundo plano o homem, ocupando-se apenas do sexo frágil, olhando-o cobiçoso e qualificando-o em termos que na atualidade fariam corar qualquer cronista mundano, finaliza solicitando ao Venturoso emprego público para um seu parente. E assim temos sintetizada nesta missiva uma boa parte de nosso destino: louvor à terra, desapreço ao homem, empreguismo público como ambicionada sinecura. Sem contarmos, de permeio, com a crônica mundana iniciada pelo escrivão a descrever, guloso, as pobres botocudas que, em sua inocente nudez, se apresentaram ante a frota cabralina. Abstraindo, entretanto, esse aspecto, há que notar, porém, não ter sido Caminha o único a assim proceder. Todos os viajantes que aportaram ao Brasil afinam pelo mesmo diapasão. É Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, batizando sua capital com o nome de Olinda, em homenagem à beleza local divisada ainda a bordo da frota que o trouxe de Portugal.

Os velhos cronistas não poupam elogios à terra. "Esta é a mais fértil e viçosa terra que há no Brasil", prognostica Gandavo. "É a mais amena baía que há em todo o Brasil", sentencia Anchieta ao divisar a Guanabara. E os estrangeiros que por aqui andaram também se extasiam ante as belezas tropicais da natureza selvagem. "Este é um paraíso terrestre", diz Parby em 1773. "Nada é mais rico que o cenário destas paisagens que se oferecem de toda parte", ajunta Bougainville em 1766. E Maria Graham deixa extravasar seu entusiasmo, nesse caso bem pouco britânico, ao afirmar que "nada do que até hoje vi é comparável em beleza a esta baía". "Todos se deleitavam na contemplação do país, cuja doçura, cuja variedade encantadora e cujo esplendor superam o que há de mais belo na natureza", depõem, sem sisudez, os habitualmente sisudos Spix e Martius. As primeiras impressões da terra turbam por completo o senso crítico do viajante, o qual somente enxergava a verdade após demorada permanência nos trópicos. E aí, muita vez, um estudo mais demorado da terra, em convívio com suas mazelas, faz com que, não raro, seja profundamente alterado o entusiasmo primitivo.

Mas é preciso não esquecermos que esse entusiasmo pelo Novo Mundo é perfeitamente justificável na época das grandes descobertas marítimas, ciclo dentro do qual situa-se o Brasil e, mais tarde, como um reflexo das idéias filosóficas de Rousseau, destinadas a terem, no alvorecer da Revolução Francesa, tão grande quão profunda influência. O estudo científico da terra, aliás, é assunto quase nosso contemporâneo. Sobretudo em se tratando da terra do Brasil. Também aí se justifica o elogio exagerado. Quando do nosso descobrimento, voltava-se a Europa, extasiada, para as riquezas do Oriente que livre das peias de um comércio difícil e caro – controlado pelos turcos, venezianos e genoveses – lhes fora enormemente facilitadas pela descoberta – do grande Vasco da Gama. Ouro, prata e pedras preciosas. Daí o cuidado de Caminha em se referir a esse fato. Ainda que negativamente. Mas interessava, também, ao comércio da metrópole a existência de especiarias, paus preciosos e raros. O próprio nome do país deriva dessa origem. E os

primeiros albores de colonização tiveram como pretexto a proteção monopolística desse comércio, ambicionada por outros povos navegadores que, à sombra de portugueses e espanhóis, se aventuravam a explorar em proveito próprio as conquistas e descobertas dos primeiros. E quando a terra não mais passou a fornecer madeiras, o ciclo do ouro e das pedras preciosas, outra grande fonte colonial de colonização. Como facilmente se pode verificar, em face dos conceitos dominantes na economia política daqueles tempos, a terra brasileira era, na realidade, autêntico paraíso perdido na zona tropical.

Somente quando alterada substancialmente a economia política, iniciada a fase industrial no século XX, necessário se fez rever o conceito que nos havia batizado como sucursal, invejável – daquele paraíso ao qual os homens somente podem aspirar depois da morte... Não nos deteremos – por desnecessário – no estudo minucioso da situação geográfica do Brasil. Assunto especializado, não lhe faltará especialista autorizado que dele se ocupe. Queremos, entretanto, frisar que o elogio à terra correspondeu, no tempo em que foi feito, à realidade cultural característica daquela época. E, nessa oportunidade, o Brasil era sem sombra de dúvida expressão poderosa dos princípios e regras da economia política. Perdeu a terra esse lugar no alvorecer da civilização industrial.

Nesse panorama cósmico, qual o lugar do homem? A resposta é difícil. Enquanto os cronistas das épocas a que nos referimos são unânimes em elogiar a terra – elogio justo e merecido em face, repetimos, dos conceitos de economia política vigentes – esquecem ou situam em plano inferior o homem, autóctone ou emigrado, que povoa essa terra.

E o homem se apequena de tal maneira que se transforma nesse grotesco "jeca-tatu", elevado por alguns como símbolo mesmo do homem brasileiro. Como se existisse o homem brasileiro e o Jeca-Tatu pudesse ser um símbolo a ele conveniente... A redenção do homem, entretanto, faz-se paradoxalmente à condenação da terra. E essa ocorre, ainda aí repetimos, quando mudam os conceitos econômicos – influenciavam a civilização ocidental. De qualquer maneira, porém, severos são os pronunciamentos contra o homem. "Tudo que a natureza criou aqui é belo e é admirável. O que fez o homem não vale nada" (Beeche, Quadros alternados. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, t. 83, p. 168). Tais pronunciamentos não mudam com o tempo, até que maior progresso científico e maior profundidade nas pesquisas restabelecem a verdade dos fatos. Verdade relativa, eis que nada é absoluto e nada absolutamente impede que os atuais conceitos, tidos como definitivos, não sejam amanhã revistos e atualizados em sentido talvez diametralmente oposto ao vigente... De qualquer maneira, porém, a redenção do homem brasileiro – *grosso modo* – pode ser tida como iniciada por Euclides da Cunha. "O sertanejo é antes de tudo um forte" – sentencia o autor de *Os sertões*. E esse julgamento definitivamente incorporado às antologias da língua, vulgarizado e popularizado, começa a criar corpo e a preparar a redenção do homem em face da natureza.

Gilberto Freyre, encarnando novas tendências e corporificando novas idéias, analisa a frio o problema: "Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta ou roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas. E pelas terras e ma-

tagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de serem aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem." (*Casa grande & senzala*. 20. ed. Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1981. p. 15). Em obra recente e da maior atualidade, Viana Moog oferece exemplos que não permitem que paire a menor dúvida a propósito desse debatido e sempre novo tema referente ao homem e ao meio. Sobretudo visa o ensaísta gaúcho, comparando duas culturas, dar a justa interpretação cabível ao Brasil face aos Estados Unidos.

Sua tese nos é particularmente cara porque, tanto quanto possível, redime o homem das pechas e aleivosias contra ele lançadas. E dá à terra o exato valor que deve ter. Três os exemplos escolhidos pelo ensaísta. O primeiro refere-se à tentativa de Henry Ford na Amazônia, que o autor classifica, esquematicamente, em três fases: "Na primeira fase, refletem – refere-se Moog aos periódicos americanos – a euforia das grandes expectativas. Na segunda fase, a expectativa se converte em certeza. Por fim, os primeiros rebates de insucessos e a retirada brusca." E, concluindo, pergunta o mesmo autor: "Devemos concluir daí que na Amazônia seja de todo impossível estabelecer florestas homogêneas de seringueira ou que o grande vale seja de todo impróprio para florescimento de uma grande civilização? Ainda não. Por enquanto, a conclusão a tirar é outra: é que, até agora, o meio amazônico a todos tem implacavelmente derrotado e que a profecia de Humboldt, pelo menos no estado atual da técnica, é da mesma natureza do 'dar-se-á nela tudo', de Pero Vaz Caminha." (Puro impressionismo. *Bandeirantes e pioneiros*, p. 46.)

Mostrando que não se pode imputar aos tronos formadores da nacionalidade o subdesenvolvimento do Brasil em face do superdesenvolvimento ianque, colhe Viana Moog outro interessante exemplo que, por não ser muito conhecido, vale a pena descrevê-lo: "Que é feito, por exemplo, dos norte-americanos sulistas vindos para o Brasil ao término da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, por não quererem viver em pé de igualdade com os antigos escravos? Aqui chegando, dirigem-se para São Paulo e para a Amazônia. Quanto a São Paulo, "não são tão pessimistas os cronistas brasileiros. Para estes, a colonização norte-americana está longe de ser o malogro pintado por Edmonds, repórter do *The Saturday Evening Post* que a respeito se pronunciou: 'Malogro só será encarado segundo os padrões americanos, onde tudo ocorre em grande. Dentro, porém, dos nossos padrões, o sucesso dos norte-americanos confederados em São Paulo, se não é propriamente espetacular, não fica muito a dever ao dos demais imigrantes'" (p. 35). E na Amazônia? Depõe para a história um deles: "Um por um, os ex-confederados e as suas mulheres tinham morrido. O terceiro caso refere-se, também, à Amazônia. A Amazônia peruana." Cita-a Viana Moog, aproveitando a descrição de Euclides da Cunha.

Trata-se da colonização alemã tentada pelo Governo peruano em terras amazônicas. Acabou, na frase forte do autor de Os *Sertões* como uma "tebaida aterradora". Seja-nos lícito concluir tomando por empréstimo a Viana Moog esse conceito justo e equânime: "Por este lado, o haver o Brasil realizado a civilização que realizou, a única civilização tropical realmente, vencendo, reduzindo ou contornando obstáculos de clima, orografia, hidrografia, pobreza de solo, e até certo ponto de subsolo, credencia-nos não só a não descer do Brasil, mas também a não renegar ou maldizer nossas origens" (p. 47).

2. As regiões no Brasil

Vimos, anteriormente, alguns dos muitos enfoques sob os quais estudava-se o Brasil. Mais um, agora, deve ser abordado, discutido, criticado e, em síntese conclusiva, aceito. Assinala Diegues Junior (As regiões brasileiras. In: *Estudos de problemas brasileiros*, p. 52 e segs.) que "durante muito tempo se estudou o Brasil como uma unidade monolítica, tão densamente monolítica, que não se percebia a diferenciação regional, não raro generalizando-se fatos nacionais como acontecimentos puramente locais ou regionais". Evidentemente o evolver dos estudos históricos e uma maior diferenciação no contexto das ciências motivaram uma revisão profunda e significativa nesse entendimento. Entretanto, como ocorre normalmente, de um extremo caiu-se em outro. Assim, àquela unidade substitui-se uma série de normas que, compartimentando o Brasil em regiões variadas e até mesmo díspares, tomavam como ponto de partida aspectos isolados de um todo que, reunido e integrado, daria não a imagem do Brasil, mas daqueles "brasis" a que se refere o pensador francês.

Dentre muitas classificações regionais, podem ser anotadas as que partiram de critérios atinentes à formação histórica; às zonas geográficas; aos tipos humanos, antropológica ou socialmente considerados; às zonas sociais; às condições psicológicas; à homogeneidade cultural; aos núcleos culturais; à alimentação; à lingüística e assim sucessivamente, substituindo-se à primitiva rigidez monolítica, variedade perturbadora de processos em busca de denominador comum dificilmente encontrado de maneira isenta e aceitável *erga omnes*.

Além disso, considerando-se a vastidão continental da terra, a ausência, sedimentada, daquilo que poderíamos chamar de "homem brasileiro", bem como uma natural flutuação institucional característica de países jovens e ainda em processo de formação, o problema assumia conotações ambíguas e não raro conflitantes, com repercussões danosas refletindo-se na própria estrutura administrativa. Abstraindo, pois, a discussão acadêmica, sem dúvida interessante, mas não aconselhável nas atuais circunstâncias, importa escolher, dentre muitas, qual aquela classificação regional que se compadeça com o tema que nos compete, juntos, estudar. Antes, porém, enfatizemos que, mesmo arranhando os dogmas federalistas implantados no Brasil republicano pela Constituição de 1891, certos fatos foram, inevitavelmente, formando uma consciência de que, para serem resolvidos com eficiência, deveriam ser estudados, não em face de uma realidade político-administrativa teórica, mas, sobretudo, considerando-se a conjuntura envolvente que desconhecia fronteiras artificialmente impostas e mantidas. Assim, o fenômeno da "seca", determinando uma extensa gama de conseqüências as mais diversas, gerou a necessidade de um enfoque global e sistemático a transcender limites estaduais e competência política não-harmônica à realidade. Nos idos do governo Epitácio Pessoa, a ênfase emprestada a esse problema, através de órgão federal adequado, como que abriu novas perspectivas que o tempo se incumbiu de aprofundar. Junta-se esse aspecto posteriormente às profundas modificações estruturais que a Carta de 1937 pretendeu implantar e ter-se-á roteiro seguro para estudo histórico bastante útil e sem dúvida oportuno.

Após esse intróito, a justificar maior aprofundamento do tema, fixemos qual o tipo de classificação regional a ser por nós seguido, sem menosprezo e que não seja em detrimento dos demais. Apenas, tendo em vista aquilo que de nós é esperado, cumpre, para analisar a matéria, delimitar-lhe o campo.

Assim, em 1967, o Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sugeriu caracterização de fundo obviamente geográfico, se bem que com propósito administrativo. Compreende cinco regiões, compendiadas em Norte ou Amazônia – Amazonas, Acre, Pará, Rondônia, Roraima e Amapá; Nordeste, Maranhão a Bahia; Sudeste, compreendendo Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais; Sul, envolvendo do Paraná ao Rio Grande do Sul; e Centro-Oeste, com Goiás e Mato Grosso. Evidente que, como toda classificação, a envolver conceitos e definições, o tema é polêmico e não pode ser estritamente quantificado, eis que, entre uma e outra das regiões apontadas, permeia faixa fronteiriça, impossibilitando critérios classificatórios rígidos e indiscutíveis. Obteve-se, após intermináveis negociações, solução de compromisso nem sempre observada, administrativamente, pelas autoridades interessadas. Ao se instituir a Sudam, criou-se, ao lado da região Norte que poderíamos chamar de "geográfica", uma outra área, bem mais vasta, legalmente considerada como sendo parte integrante do complexo amazônico. Também pelo desmedido crescimento do parâmetro legal, certa faixa de terra passou a ser beneficiada duplamente, eis que tangencia ou se insere em duas áreas federalmente consideradas como merecedoras de tratamento prioritário.

Ainda outro aspecto, a dificultar enfoque objetivo e realista, é aquele que interfere na própria estrutura político-administrativa, gerando, em muitos casos, duplicação de funções e pulverização de recursos. Concomitantemente com a existência de órgãos regionais, outros, setoriais, neles incrustam-se e permanecem, desfrutando de raio muito mais amplo e envolvente. Ao lado de conhecidos desequilíbrios regionais, outros, setoriais, existem e proliferam. Que sirvam essas palavras de mera advertência aos estudiosos da matéria, alertando-os para a complexidade de que se revestem as múltiplas variáveis que condicionam qualquer estudo objetivo que se pretenda oferecer a mais esse problema brasileiro.